

AUSTRAL/Re

**Demonstrações Financeiras
Intermediárias**

Em 30 de junho de 2026

Austral Resseguradora S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2026

Sumário

Relatório da Administração	03
Relatório do Comitê de Auditoria	07
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	09
Balanços Patrimoniais	14
Demonstrações dos Resultados	16
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	17
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	18
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	20

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras intermediárias referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Contexto Organizacional

A Austral Resseguradora S.A. ("Companhia") obteve aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Companhia é uma resseguradora local, que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de seus clientes, com uma subscrição técnica e responsável, viabilizando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e criteriosa.

Em 05 de junho de 2026, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento financeiro para seguros e resseguros, reafirmou o rating de Força Financeira (FRS) "A-" (Excelente) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) para "a-" (Excelente) do Grupo Austral. A perspectiva do grupo foi destacada como estável.

Na avaliação da AM Best, o rating atual reflete a solidez financeira e elevada força do balanço patrimonial consolidado do Grupo Austral, caracterizado pela agência como "strongest". O relatório destaca ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos, os resultados positivos do período e a redução na exposição nas linhas de negócio que apresentam maior volatilidade, além da sólida estratégia de resseguro para proteção e mitigação dos riscos que assume.

Adicionalmente, em 2025 a agência de rating Standard & Poor's reafirmou as credenciais de crédito em brAAA, o nível mais elevado na escala nacional. A Standard & Poor's destacou o nosso sólido desempenho operacional e nossas fortes práticas de subscrição, com sólida expertise nos segmentos em que operamos. Também ressaltou os níveis confortáveis de capitalização que o Grupo Austral possui e suas estruturas de resseguro e retrocessão adequados para a manutenção e crescimento da empresa.

Desempenho das Operações

A seguir os principais números e indicadores da Austral Resseguradora, nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025:

(Valores em milhões de reais, exceto quanto aos percentuais)

Descrição	30/06/2026	30/06/2025	Variação	Variação (%)
Prêmios Emitidos Líquidos	1.351,9	1.227,5	124,4	10,1%
Prêmios Emitidos Retidos	698,1	570,3	127,8	22,4%
Prêmios Ganhos	1.254,1	1.269,7	(15,6)	(1,2%)
Prêmios Ganhos Retidos	707,6	592,1	115,5	19,5%
Sinistros Ocorridos	(1.438,9)	(764,7)	(674,2)	88,2%
Sinistros Retidos	(571,1)	(484,6)	(86,5)	17,8%
Despesas Administrativas	(24,4)	(23,9)	(0,5)	2,1%
Resultado Financeiro	62,1	44,2	17,9	40,5%
Lucro Líquido do semestre	35,9	35,4	0,5	1,4%

Descrição	30/06/2026	30/06/2025	Varição	Varição (%)
Patrimônio Líquido	521,8	458,0	63,8	13,9%
Índice de Despesas Administrativas	1,8%	1,9%	(0,1 p.p.)	
Índice de Sinistralidade	114,7%	60,2%	54,5 p.p	
Índice de Sinistralidade Retida	80,7%	81,8%	(1,1 p.p.)	
Índice Combinado	99,6%	98,7%	0,9 p.p	
Índice Combinado Retido (sem tributos e sem PPR)	97,1%	98,2%	(1,1 p.p.)	

Prêmios

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 1.351,9 milhões no semestre de junho de 2026, representando um aumento de R\$ 124,4 milhões (10,1%) em relação ao semestre de junho de 2025. Esse aumento foi influenciado principalmente pela operação Latam e Facultativos, que contribuiu ainda mais para diversificação do portfólio da Companhia. Os prêmios ganhos registraram o valor de R\$ 1.254,1 milhões, refletindo estabilidade em relação ao mesmo período de 2025.

Sinistralidade Retida¹

Em junho de 2026, o índice de sinistralidade baseado nos sinistros retidos foi de 80,7% dos prêmios ganhos, contra 81,8% no mesmo período do ano anterior, refletindo o compromisso da Companhia com a subscrição dos riscos. O aumento dos sinistros ocorridos no período está associado a operações de *fronting* totalmente retrocedidas, sem efeitos sobre o resultado retido.

Despesas Administrativas

A gestão eficiente dos custos, assim como monitoramentos constantes e um cuidadoso planejamento das ações realizadas continuam contribuindo para a maior eficiência. No semestre de junho de 2026, as despesas administrativas foram de R\$ 24,4 milhões. O índice foi de 1,8%, representando uma redução de 0,1 p.p. em relação ao índice de junho de 2025.

Índice Combinado Retido²

O índice combinado foi de 97,1% no semestre findo em junho de 2026, representando uma redução de 1,1 p.p. em relação ao observado em junho de 2025, em linha com o a responsabilidade da companhia com a subscrição e gestão das despesas.

Resultado Financeiro e Solvência

O resultado financeiro de R\$ 62,1 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2026 (R\$ 44,2 milhões em 30 de junho de 2025), impactado diretamente pela oscilação cambial e maior rentabilidade nas carteiras *onshore* e *offshore*, refletindo em uma variação positiva de 40,5% em relação ao mesmo período de 2025. A política de investimentos da Companhia, adequada à realidade dos seus negócios e aderente aos normativos vigentes, tem gerado resultados financeiros robustos e ao mesmo tempo protegido a Companhia de oscilações de moedas estrangeiras.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabiliza as

¹ Sinistralidade = Sinistros Retidos/ Prêmios Ganhos Retidos;

² Índice Combinado Retido = - (Sinistros Retidos + Custos Aquisição Retidos + Outras Receitas e Despesas Operacionais + Despesas Administrativas) / Prêmios Ganhos Retidos

perspectivas para os próximos períodos. Ademais, declaram não haver nesse semestre qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

Lucro e Patrimônio Líquido

Como consequência dos fatores destacados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 35,9 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2026, um aumento de 1,4% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 35,4 milhões em 30 de junho de 2025).

O patrimônio líquido da Companhia encerrou o semestre de junho de 2026 em R\$ 521,8 milhões (R\$ 458,0 milhões no semestre de junho de 2025). Um crescimento de 13,9% em relação a junho de 2025.

Distribuição de Dividendos

A Companhia possui de acordo com o seu Estatuto Social uma política de reinvestimento, onde poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingência, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

Indicadores de Gênero

A Companhia adota a promoção da equidade de gênero, diversidade e inclusão, alinhada às melhores práticas de governança corporativa, aos princípios ESG e à legislação vigente. A administração entende que um ambiente plural promove inovação e expande as visões de gestão da Companhia. Além disso, uma cultura organizacional saudável e acolhedora fortalece o bem-estar dos colaboradores, aumentando a segurança, a satisfação e, consequentemente, produtividade e resultado. Trabalhar na redução da desigualdade gera impactos no longo prazo para o setor segurador, ampliando sua penetração e mitigando riscos socioeconômicos que influenciam em sinistralidade.

Quantidade e Proporção de Mulheres por Nível Hierárquico

Nível Hierárquico	2025			2026		
	Total de Empregados	Mulheres	% Mulheres	Total de Empregados	Mulheres	% Mulheres
CEO	1	-	-	1	-	-
Diretor (a)	6	4	67%	6	4	67%
Superintendente	-	-	-	1	1	100%
Gerente	8	4	50%	7	4	57%
Coordenador (a)	3	1	33%	5	2	40%
Especialista	11	4	36%	11	5	45%
Analista	35	12	34%	45	19	42%
Assistente	6	2	33%	6	2	33%
Estagiário (a) / Jovem	10	3	30%	10	4	40%

Mulheres em Cargos da Administração

Órgão	2025			2026		
	Total de Cargos	Mulheres	% Mulheres	Total de Cargos	Mulheres	% Mulheres
Conselho de Administração	3	-	-	3	1	33%
Diretoria Estatutária	3	1	33%	2	1	50%
Total Administração	6	1	17%	5	2	40%

Demonstrativo de Remuneração por Sexo (Cargos)

Nível Hierárquico	Proporção de Remuneração Total Média entre Homens e Mulheres	
	2025	2026
CEO	-	-
Diretor (a)	1,06	0,78
Superintendente	-	1
Gerente	1,14	1,02
Coordenador (a)	0,83	0,95
Especialista	0,78	0,85
Analista	0,95	1,01
Assistente	-	-
Estagiário (a) / Jovem	1	1

Evolução Comparativa dos Indicadores

Indicador	Exercício Anterior 2025	Período Atual 2026	Variação
% Mulheres - Total	31	41	32%
Alta liderança	4	4	-
Superintendentes	-	1	-
Gerentes	5	4	-20%
Coordenadoras	1	2	100%

Agradecimentos

Por fim, a Companhia, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste semestre, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2026.

Administração.

Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Resseguradora S.A.

Rio de Janeiro – RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a Austral Resseguradora S.A. (“Austral Resseguradora” ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do semestre encerrado em 30 de junho de 2026, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Resseguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Resseguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da

auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data.

O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente, outros Diretores da Austral Resseguradora e com os responsáveis pelas áreas de Auditoria Interna, Riscos e Conformidade, não tendo sido identificada a necessidade de recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

Sendo assim, cumpridas as suas atribuições, na forma descrita neste relatório, o Comitê, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, não identificou evidências de deficiência nos controles internos e entende que o sistema de controles internos, a auditoria interna e a auditoria contábil independente da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. atendem aos requisitos de efetividade requeridos pelo regulamento vigente.

O Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras correspondentes ao semestre de 2026, findo em 30 de junho de 2026 estão em conformidade e recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da Austral Resseguradora S.A., correspondentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026 devidamente auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2026.

Laenio Pereira dos Santos
Presidente

Jorge Augusto Hirs Saab
Membro

Elizabeth Vieira Valente Bartolo
Membro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Austral Resseguradora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do semestre corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Shape the future
with confidence

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas atuariais de contratos de resseguros e ativos de retrocessão

Conforme divulgado na nota explicativa nº 13, em 30 de junho de 2026, a Companhia possui saldos constituídos de provisões técnicas atuariais decorrentes dos contratos de resseguros e ativos de retrocessão decorrentes dos riscos cedidos, estimados com base em julgamento profissional realizado por parte da diretoria na definição das metodologias e premissas, tais como: sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, despesas relacionadas aos riscos assumidos, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

A avaliação dessas metodologias e premissas foi considerada o principal assunto de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos, da subjetividade e da complexidade do processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados, à provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes e não emitidos e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos e premissas atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas decorrentes dos contratos de resseguros e ativos de retrocessão decorrentes dos riscos cedidos firmados pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (ii) a realização de testes de integridade, completude e consistência, em bases amostrais, das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas e dos respectivos ativos de retrocessão decorrentes dos riscos cedidos; (iii) a realização de cálculos independentes sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (iv) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.



Shape the future
with confidence

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituiu o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2026.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC RJ-094644/O

Balanços Patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		6.362.774	5.922.627
Disponível		34.160	22.678
Aplicações financeiras	5	1.219.069	1.123.052
Créditos das operações com resseguros	7	1.755.383	1.694.561
Operações com seguradoras		1.405.206	1.339.511
Operações com resseguradoras		350.177	355.050
Ativos de resseguro e retrocessão	13	3.237.229	2.997.499
Títulos e créditos a receber	8	56.352	27.889
Títulos e créditos a receber		41.692	8.000
Créditos tributários e previdenciários		13.605	18.836
Outros créditos		1.055	1.053
Outros valores e bens		8.623	7.800
Despesas antecipadas		472	332
Custos de aquisição diferidos	9	51.486	48.816
Não circulante		799.468	733.389
Realizável a longo prazo		777.942	713.671
Aplicações financeiras	5	579.265	515.717
Créditos das operações com resseguros	7	27.584	31.635
Operações com seguradoras		27.584	31.635
Ativos de resseguro e retrocessão	13	128.847	111.511
Títulos e créditos a receber	8	25.286	37.173
Outros valores e bens		11.064	10.881
Custos de aquisição diferidos	9	5.896	6.754
Imobilizado		820	908
Intangível	10	20.706	18.810
Total do ativo		7.162.242	6.656.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Balanços Patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		6.403.824	5.946.567
Contas a pagar		10.387	47.019
Obrigações a pagar		6.538	41.616
Impostos e encargos sociais a recolher		1.169	1.356
Encargos trabalhistas		2.294	1.885
Impostos e contribuições		386	2.162
Débitos das operações com resseguros		1.237.011	1.104.177
Prêmio a restituir		58.150	37.348
Operações com seguradoras		9.327	6.735
Operações com resseguradoras	11	1.100.542	991.188
Corretores de seguros e resseguros		67.313	64.226
Outros débitos operacionais		1.679	4.680
Depósito de terceiros	12	81.157	61.562
Provisões técnicas	13	5.074.435	4.732.935
Outros débitos		834	874
Não circulante		236.578	225.737
Débitos das operações com resseguros		15.819	24.203
Operações com resseguradoras	11	15.819	22.884
Corretores de seguros e resseguros		-	1.319
Provisões técnicas	13	208.365	189.588
Outros débitos		12.394	11.946
Patrimônio líquido	16	521.840	483.712
Capital social		338.669	338.669
Reserva de capital		5.556	5.333
Reserva de lucros		148.649	148.596
Ajuste de avaliação patrimonial		(6.891)	(8.886)
Lucros acumulados		35.857	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.162.242	6.656.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos Resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações - em reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Prêmios emitidos		1.351.934	1.227.489
Variações das provisões técnicas		(97.870)	42.186
Prêmios ganhos	21/22.a	1.254.064	1.269.675
Sinistros ocorridos	22.b	(1.438.883)	(764.682)
Custos de aquisição	22.c	(42.261)	(37.293)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(26.275)	(20.383)
Resultado com retrocessão	22.e	314.363	(385.403)
Despesas administrativas	22.f	(24.367)	(23.878)
Despesas com tributos	22.g	(31.899)	(21.640)
Resultado financeiro	22.h	62.057	44.244
(=) Resultado antes dos impostos e participações		66.799	60.640
Imposto de renda	19	(15.086)	(14.115)
Contribuição social	19	(9.110)	(8.501)
Participações sobre o lucro		(6.746)	(2.582)
(=) Lucro líquido do semestre		35.857	35.442
Quantidade de ações		313.597.651	313.597.651
Lucro por ações - em reais	20	0,1143	0,1130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Lucro líquido do semestre		<u>35.857</u>	<u>35.442</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)			
Variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	5.c	2.879	3.461
Redução ao valor recuperável (RVR) - títulos e valores mobiliários		267	7
Efeito do imposto de renda e contribuição social	8.b.1	<u>(1.151)</u>	<u>(1.384)</u>
Total de resultados abrangentes do semestre, líquido dos impostos		<u>1.995</u>	<u>2.084</u>
Total de resultados abrangentes do semestre		<u>37.852</u>	<u>37.526</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		338.669	5.658	92.429	(16.286)	-	420.470
Ganho não realizado nos títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA		-	-	-	2.084	-	2.084
Incentivo baseado em ações	17	-	(419)	419	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	35.442	35.442
Saldos em 30 de junho de 2025		338.669	5.239	92.848	(14.202)	35.442	457.996
Saldos em 31 de dezembro de 2025		338.669	5.333	148.596	(8.886)	-	483.712
Ganho não realizado nos títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA		-	-	-	1.995	-	1.995
Incentivo baseado em ações	17	-	223	53	-	-	276
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	35.857	35.857
Saldos em 30 de junho de 2026		338.669	5.556	148.649	(6.891)	35.857	521.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	35.857	35.442
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	2.150	2.863
Perda por redução ao valor recuperável	1.733	1.252
Provisões técnicas líquidas de ativos de retrocessão	1.290.748	819.951
Impostos fiscais diferidos	10.578	(8.377)
Variação cambial	9.094	(24.301)
Outros ajustes	1.135	773
	1.351.295	827.603
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(157.570)	(106.837)
Créditos das operações com resseguros	(34.848)	(84.551)
Títulos e créditos a receber	(29.353)	5.448
Custos de aquisição diferidos	(1.588)	1.400
Outros créditos	(962)	(1.903)
Débitos de operações com resseguros	106.375	148.951
Contas a pagar	10.070	23.791
Depósitos de terceiros	19.595	(45.126)
Sinistros pagos	(1.200.236)	(706.553)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.251)	(22.612)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	47.527	39.611
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(45)	(314)
Aquisição de intangível	(3.288)	(1.856)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(3.333)	(2.170)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(31.450)	(22.732)
Arrendamentos	(1.261)	(1.593)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(32.711)	(24.325)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	11.483	13.116
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	22.677	12.314
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	34.160	25.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

1. Contexto operacional

A Austral Resseguradora S.A. ("Companhia"), com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 - 3º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 25 de janeiro de 2010. A Companhia tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguros, conforme definidos na legislação vigente, atuando em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia é controlada pela Austral Participações S.A., a qual é detentora da totalidade das ações.

Em 30 de junho de 2026 o Capital Circulante Líquido (CCL) da Companhia apresenta saldo negativo em decorrência das características operacionais do negócio e não representa risco à continuidade ou à capacidade financeira da Companhia, conforme demonstrado na Nota 4.b.3.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia opera com resseguros nas modalidades automático e facultativo, tanto proporcionais, quanto não-proporcionais. A atuação ocorre em praticamente todas as linhas de negócio, com riscos pulverizados nos mercados nacional e internacional com foco na América Latina, onde conta com seu escritório em Bogotá, Colômbia.

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outro, total ou parcialmente, um risco assumido através da emissão de uma apólice ou um conjunto delas. Dessa forma, reduz-se a responsabilidade na aceitação de um risco, cedendo a outro uma parte da exposição e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro atua na diluição dos riscos, sendo uma ferramenta essencial para a manutenção da solvência das seguradoras quando na ocorrência de grandes tragédias, por exemplo. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

A Companhia opera em praticamente todas as linhas de negócio com contratos automáticos e facultativos:

- **Contrato Automático** – São operações de resseguro nas quais a cedente repassa ao ressegurador uma carteira de riscos ou apólices, podendo a seguradora subscrevê-las de forma automática de acordo com as condições, proporções e prazos previamente estabelecidos entre as partes.
- **Resseguro Facultativo** – São operações de resseguro nas quais a cedente repassa ao ressegurador uma parcela dos riscos ou apólices individualmente, ou seja, caso a caso. Desta forma, o ressegurador terá a faculdade de analisar e aceitar cada risco ou apólice de forma individual.

Dentre os contratos automáticos, a Companhia atua tanto com contratos proporcionais (principalmente contratos de cota-parte ou de excedente de responsabilidade), como com contratos não proporcionais (principalmente excesso de danos, mas também com alguns contratos de *stop loss*).

As principais linhas de negócio de resseguros com atuação da Companhia são listadas a seguir:

i. Patrimonial (*property* e engenharia)

Refere-se a cobertura de danos suscetíveis a avaliação financeira objetiva. Subdivide-se em danos emergentes, definidos como aquilo que o patrimônio do prejudicado efetivamente perdeu (abrangem os danos materiais e os prejuízos financeiros), e em perdas financeiras, definidas como redução ou eliminação de expectativa de aumento do patrimônio.

É a principal linha de negócio da Companhia, principalmente para contratos automáticos no Brasil e na América Latina.

ii. *Marine & Energy*

O Seguro Marítimo ("*Marine*") tem por finalidade garantir indenizações por perdas ou danos a embarcações e seus acessórios, bem como às mercadorias nelas embarcadas, frete, lucro esperado ou quaisquer outros interesses que possam ser monetariamente mensurados. A cobertura estende-se a qualquer tipo de modalidade de navegação, seja ela em águas marítimas, fluviais ou lacustres.

O Seguro de Riscos de Petróleo ("*Energy*") garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra ("*onshore*") e no mar ("*offshore*").

iii. Responsabilidade Civil (*Casualty*)

As principais linhas consideradas nesse segmento são: Responsabilidade Civil Geral e Responsabilidade Civil Proporcional – E&O e D&O.

O seguro de Responsabilidade Civil garante ao segurado, responsável por danos causados a terceiros, o pagamento e/ou reembolso das reparações que for condenado a pagar, atendidas as disposições do contrato, além do reembolso de despesas emergenciais efetuadas para tentar evitar e/ou minorar os danos.

iv. Garantia (*Surety Bonds*)

O Seguro Garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado.

A Companhia opera apenas com contratos automáticos nesta linha de negócio. Atualmente as principais modalidades são Garantia Judicial (principalmente no Brasil), Garantia de Performance e Fiança Locatícia.

v. Automóvel

A Companhia opera com alguns contratos de resseguro para automóveis no país, principalmente com cedentes (seguradoras) pequenas e médias, que desejam reduzir sua volatilidade ou obter um alívio na necessidade de capital regulatório.

vi. Aeronáutico

Trata-se de uma linha de negócio altamente especializada, onde a Companhia atua, no Brasil e na América Latina, em parceria com uma agência de subscrição de riscos terceirizada, que detém *expertise* e histórico no segmento.

vii. Outras linhas de *Property & Casualty*

Contratos automáticos de riscos diversos, riscos de segurança cibernética, e outras linhas eventuais, buscando manter níveis confortáveis de retrocessão.

viii. Pessoas (Vida e Acidentes Pessoais)

Contratos automáticos de vida e acidentes pessoais e alguns riscos facultativos de vida em grupo (quando os grupos são grandes, os modelos de precificação se assemelham muito aos aplicáveis aos contratos automáticos).

A atuação da Companhia em resseguros de ramos de pessoas engloba tanto a proteção de carteiras existentes das seguradoras quanto o auxílio na criação de novos produtos ou coberturas.

Estes seguros têm por objetivo garantir o pagamento de indenização, observadas as condições contratuais e as garantias contratadas. São exemplos de seguros de pessoas: Seguro de Vida, Seguro Funeral, Seguro de Acidentes Pessoais, Seguro Educacional, Seguro Prestamista, Seguro de Diária por Internação Hospitalar e Seguro Desemprego (perda de renda).

Os Seguros de Pessoas podem ser contratados de forma individual ou coletiva. Nos seguros coletivos, os segurados aderem a uma apólice contratada por um estipulante, que tem poderes de representação dos segurados perante a seguradora, nos termos da regulamentação vigente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações, da Resolução CNSP nº 453, de 19 de dezembro de 2022, e suas alterações, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras intermediárias foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de agosto de 2026.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias estão expressos em reais - (R\$), e foram arredondados para milhares de reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor

presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR (Nota 5); e
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA (Nota 5).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do período. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do período.

A exposição a risco cambial decorrentes das operações em moeda estrangeira, bem como sua gestão, está detalhada na Nota 4.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão resumidas a seguir:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em conta corrente, com risco insignificante de mudança de valor justo e são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e contabiliza seus instrumentos financeiros, como descrito a seguir:

- **Derivativos**

Trata-se de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Gestora de Recursos Ltda. e pela Plural Gestão de Recursos Ltda. e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. Os valores de mercado dos fundos listados em carteira foram obtidos a partir dos preços negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as variações que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*.

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.3. Custos de aquisição diferidos

Os montantes registrados na rubrica custos de aquisição diferidos são basicamente comissões pagas aos corretores de resseguro. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de resseguro relacionado.

3.4. Ativos e passivos de retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores para os quais a Companhia tenha transferido parte de sua exposição de risco, carteira ou negócios, sendo

registrados no curto e longo prazo dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento destes ativos junto aos retrocessionários.

Os passivos projetados para serem pagos aos resseguradores e retrocessionários são compostos, substancialmente, por prêmios a pagar em contratos de resseguros e retrocessão.

Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão, e de acordo com os termos e condições de cada contrato de retrocessão.

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente e, no mínimo, a cada data de reporte, com base em estudo específico, em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

A Companhia utilizou as normativas e orientações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e CPC 11 - Contratos de Seguro, para avaliação das suas operações e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de retrocessão, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos de resseguros e retrocessão.

3.5. Salvados e ressarcimentos

Para as operações de resseguros, os valores de salvados e ressarcimentos efetivos e estimados são reconhecidos no balanço conforme os dados fornecidos diretamente pela cedente. A estimativa é contabilizada como um redutor das provisões de sinistros e reflete exclusivamente a expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos de sinistros ainda não pagos.

Adicionalmente, não são considerados como redutor das provisões de sinistros a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos relativa aos sinistros já liquidados, sendo, nesse caso, registrada no ativo. No caso de liquidação parcial, a expectativa de recebimento está limitada ao valor da parcela do sinistro correspondente ainda pendente de pagamento.

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimentos implementados em *softwares* de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos incorridos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento inicialmente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda de valor recuperável, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo intangível.

Ativo intangível de vida útil indefinida não é amortizado, mas são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

3.8. Provisões técnicas de contratos de resseguros

As provisões técnicas para garantia dos contratos de resseguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e resseguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e CPC 11 - Contratos de Seguro.

As metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

- **Provisão de prêmios não ganhos – PPNG**

Provisão constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer dos contratos de resseguros, referentes aos riscos assumidos na data-base do cálculo, incluindo a estimativa para contratos vigentes e não emitidos.

Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos (PPNG-RVE), utiliza-se metodologia *pro-rata die*, consideradas as especificidades de cada risco a respeito do tipo de contrato e vigência correspondente. A apuração da parcela de PPNG considera as normas e orientações da SUSEP, uma vez obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

A estimativa da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) de contratos facultativos e não proporcionais é realizada a partir da utilização das taxas históricas de atraso verificadas na carteira, avaliadas por agrupamento de risco.

Em relação à parcela de provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) de contratos proporcionais, o diferimento é aplicado sobre os valores de prêmios estimados estabelecidos no início do contrato conforme estimativas acordadas em contrato com

a cedente, e posteriormente substituídos pelos valores de prêmios efetivos conforme prestações de contas técnicas.

- **Provisão de sinistros a liquidar – PSL**

Corresponde à melhor estimativa dos valores de sinistros administrativos e judiciais avisados e não pagos, considerando suas posições mais recentes conforme valores informados pela cedente. Os valores que constituem a provisão de sinistros a liquidar contemplam as atualizações monetárias dos sinistros e expectativas de salvados e ressarcimentos relacionados.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR**

A provisão de IBNR consiste na melhor estimativa atuarial do montante de sinistros administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não reportados à Companhia até a data-base de cálculo.

A Companhia estima sua provisão de IBNR global utilizando metodologia de triângulo de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de *Chain Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson* ou de sinistralidade esperada, e analisa a aderência da estimativa via testes de consistências mensais.

A Companhia avalia suas provisões regularmente de forma a adaptar seu modelo para suas diferentes linhas de negócio, sendo este devidamente descrito em Nota Técnica Atuarial.

- **Provisão de despesas relacionadas – PDR**

Provisão constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, e abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

- **Provisão de excedente técnico – PET**

A provisão de excedente técnico tem como objetivo estimar os valores devidos pela Companhia, de acordo com o resultado dos contratos que apresentam cláusula de participação nos lucros, *no claim bonus* ou cláusula de comissão escalonada (*sliding scale*).

A provisão de excedente técnico é realizada por contrato, de acordo com critérios específicos previamente definidos entre as partes, e ajustada ou revertida à medida que os valores provisionados são efetivamente liquidados.

- **Teste de adequação de passivo – TAP**

Semestralmente, a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro e retrocessão, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo é realizado a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais às parcelas do passivo para a obtenção da melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados.

As estimativas dos fluxos de caixa são preparadas em diversas moedas além do Real e Dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – evolução das taxas pagas sobre investimentos em renda fixa no Brasil) livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em moeda estrangeira, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela SUSEP.

As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo têm como base uma análise criteriosa da carteira e resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise histórica da carteira, considerados os fluxos de despesas administrativas necessários para a manutenção dos negócios vigentes até o término da obrigação.

A Circular SUSEP nº 678 instituiu que, na elaboração do Teste de Adequação do Passivo (TAP), entre outras providências, os resultados parciais por grupos de contratos poderão ser compensados nos termos da política contábil da supervisionada. A Austral Resseguradora estabeleceu a Política de Grupamento de Contratos, que guarda estreita relação com as práticas e políticas de subscrição e gerenciamento de riscos do seu Portfolio.

O resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes em 30 de junho de 2026 e 2025. A comparação entre a provisão de prêmios não ganhos constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, contra o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura em 30 de junho de 2026 e 2025.

A Companhia atua em praticamente todos os grupamentos SUSEP, com carteira predominantemente de seguros de danos. Os riscos de vida – representados pelos grupos 09-Pessoas, 13-Pessoas Individual e parte do grupo 20-Exterior – são exclusivamente de cauda curta, com características semelhantes aos riscos de danos.

O resultado do TAP para a data base de 30 de junho de 2026 está disposto na tabela abaixo:

Resultado do TAP

Suficiência / Insuficiência	250.239.776
-----------------------------	-------------

Apuração PCC

-

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

3.10. Provisões judiciais

As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registradas respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações monetárias no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

- **Pós emprego e convencionais**

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, mantendo apenas os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como o plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado a atingimento de metas globais, departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas para cada exercício.

- **Plano de incentivo baseado em ações**

Os incentivos baseados em ações são mensurados e reconhecidos a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o beneficiário adquire o direito completo à ação (data de aquisição).

3.12. Impostos e contribuições

- **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em decorrência das diferenças temporárias, levando-se em consideração a expectativa da Administração sobre a existência de resultados tributáveis futuros para que as diferenças temporárias sejam realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária.

- **Reforma Tributária sobre o Consumo**

A Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela EC nº 132/2023 e regulamentada pela LC nº 214/2025, estabelece a substituição gradual dos tributos sobre o consumo por um IVA dual. Esse modelo é composto pelo IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, de competência estadual e municipal, e pela CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços, de competência federal, com foco na não cumulatividade, tributação no destino, neutralidade e simplificação do sistema tributário, a ser implementado de forma gradual durante o período de transição.

Para as companhias seguradoras e resseguradoras, foi estabelecido regime específico de tributação, no qual a base de cálculo dos novos tributos observará critérios próprios, distintos daqueles aplicáveis às demais atividades econômicas, considerando as particularidades do setor de seguros e resseguros, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 214/2025.

Para as operações de resseguro, a legislação já definiu a alíquota zero, a ser observada a partir do início da incidência dos tributos, previsto para 2027.

A primeira regulamentação do IBS e da CBS, publicada em abril de 2026 por meio da Resolução CGIBS nº 6/2026 e do Decreto nº 12.955/2026, estabeleceu as bases do novo modelo de IVA Dual, com foco na unificação dos conceitos de base de cálculo, creditamento e apuração assistida pelo Fisco. Embora tenha sido submetida à consulta pública, a Receita Federal e o CGIBS informaram que a estrutura central das normas será mantida. Assim, a segunda versão da regulamentação terá caráter principalmente técnico, voltado à correção de inconsistências, esclarecimento de pontos omissos e incorporação de sugestões recebidas. O objetivo é consolidar um texto definitivo e juridicamente seguro para a implementação plena do novo sistema tributário a partir de 2027.

Adicionalmente, o contexto da Reforma Tributária criou uma obrigação acessória (DeRE – Declaração Eletrônica de Regimes Específicos) viabilizando assim a apuração do IBS e da CBS para os setores que fazem parte do regime específico. Tal declaração demandará adequações nos sistemas, processos e controles internos da Companhia, visando o atendimento às novas exigências de apuração, escrituração e reporte das informações fiscais.

Considerando o período de transição estabelecido pela Reforma Tributária e o cronograma de implementação dos novos tributos, a Companhia revisou os créditos tributários de PIS e COFINS incidentes sobre as provisões de Sinistros a Liquidar (PSL) e de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), de modo que seus saldos reflitam apenas a expectativa de realização até 31 de dezembro de 2026, período em que tais tributos permanecerão vigentes.

3.13. Redução ao valor recuperável - RVR

- **Recebíveis**

A Companhia avalia periodicamente se há evidências de risco de inadimplência nos valores de prêmios a receber, ressarcimentos e sinistros a recuperar através de uma análise individualizada dos contratos vencidos acima de 180 dias. A metodologia empregada para determinar o risco considera o prazo de vencimento, o fluxo de pagamentos da contraparte, a qualidade do seu score de crédito e informações fornecidos pelas cedentes, histórico de perdas e provisões de sinistros a liquidar que possibilitem compensação de contas. Se, em períodos subsequentes, houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA**

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito baseada no rating, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. O montante da redução ao valor recuperável é reconhecido no patrimônio líquido da Companhia.

- **Ativos de retrocessão**

Alinhado aos objetivos estratégicos da Companhia, sua carteira de riscos é suportada por contratos de retrocessão automáticos e facultativos.

A metodologia utilizada no cálculo da redução ao valor recuperável das contas do ativo cuja contraparte seja um ressegurador consiste no valor esperado da perda da exposição por data-base, segregada por ressegurador, levando em consideração não somente os aspectos quantitativos da avaliação do risco de inadimplência, mas também os aspectos qualitativos inerentes das operações as quais a Companhia está exposta. A análise do risco de crédito com o ressegurador é feita na sua maior parte pela análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador. As principais variáveis consideradas foram as seguintes: Exposição, Probabilidade de Perda (*Default*) e *Loss Given Default* (LGD).

- **Outros ativos**

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios e comissões**

Os prêmios de resseguros são contabilizados e reconhecidos no resultado com base na vigência e emissão dos contratos.

Os prêmios de resseguros e as despesas de comercialização oriundos de facultativos e não proporcionais são registrados no momento da aceitação do contrato ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é reconhecido em data posterior ao início de vigência do contrato, conforme emissão da cedente. Assim, a emissão do prêmio e das despesas de comercialização pela Companhia são realizadas uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da sua aceitação, salvo quando é divulgada alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo interno elaborado. Além disso, os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados.

Os prêmios relativos aos contratos de retrocessão cedida são registrados e reconhecidos de acordo com a vigência do risco e características do contrato de retrocessão e dos riscos de resseguro inseridos nesses contratos.

O prêmio ganho refere-se a diferença entre os prêmios emitidos e as variações de reserva de PPNG no período.

- **Sinistros**

Os sinistros de resseguros e de retrocessões compreendem o montante total de indenizações ocorridas e as despesas referentes a sua regulação e liquidação. A parcela de sinistros ocorridos contempla os sinistros avisados no período (pagos e pendentes), e a variação na estimativa de sinistros que já ocorreram, mas ainda não foram reportados à Companhia.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o período de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados diferentes em períodos subsequentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a VJR e VJORA (Nota 5);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros, resseguro e retrocessão (Notas 4 e 13);
- Créditos tributários (Nota 8);
- Custos de aquisição diferidos (Nota 9);
- Salvados e ressarcimentos (Nota 8);
- Provisões judiciais (Nota 15);
- Redução valor recuperável (RVR) - perda esperada (Nota 3.13); e
- Teste de *impairment* (Nota 10).

3.16. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório anual não inferior a 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria que tenham sido objeto de recompra durante o período.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias, considera:

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o semestre findo em 30 de junho de 2026:

- CPC 50 - Contratos de Seguros

O CPC 50 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos.

- **CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis**

O CPC 51 tem como objetivo principal maior transparência e comparabilidade, aprimorando a apresentação das informações financeiras, propondo uma reorganização da demonstração do resultado com a criação de categorias padronizadas de receitas e despesas. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027.

O CPC 50 e CPC 51 serão aplicáveis à Companhia quando adotados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos do CPC 50 e CPC 51.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

4. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

A Companhia adota como definição da estrutura de gestão de risco o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e Enterprise Risk Management – ERM, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle são (i); avaliação de riscos; (ii) atividades de controle; (iii) atividades de monitoramento; e (iv) atividades de informação e comunicação. Estas são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia da Companhia.

A Companhia também utiliza o modelo de três linhas, atualizado pelo Instituto de Auditores Internos – IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco está diretamente relacionada aos objetivos da Companhia, alinhando-se às estratégias de negócios, à definição de seus controles operacionais internos e a busca da excelência na gestão empresarial.

Os prêmios emitidos por região, são distribuídos da seguinte forma:

Região	30/06/2026		30/06/2025	
	Prêmio	%	Prêmio	%
Brasil	1.074.565	79,5	987.827	80,5
Internacional (*)	277.369	20,5	239.662	19,5
Total	1.351.934	100,0	1.227.489	100,0

(*) 99% representado por países da América Latina.

a) Gestão de risco de subscrição

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é a possibilidade das condições de aceitação estabelecidas para um determinado risco serem inadequadas diante das responsabilidades efetivamente assumidas ou das provisões técnicas se mostrarem insuficientes. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

A Companhia adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional, os riscos (prêmios e sinistros) são cedidos na mesma proporcionalidade. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a indenizar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda. Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente em todas as provisões técnicas, de acordo com os contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de subscrição de resseguros, a Companhia mantém políticas, diretrizes e procedimentos operacionais para avaliação de subscrição de riscos direcionadas para cada linha de negócio em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões e as ações e os procedimentos adotados para avaliação de riscos a serem subscritos. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) levam em consideração as premissas de gestão de risco e, portanto, são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital e visam a geração de lucros estáveis e contínuos. Além disso, a diversificação da carteira, bem como o monitoramento constante desta e do mercado para eventuais ajustes faz parte da estratégia de mitigação dos riscos de subscrição.

A Companhia subscreve riscos, considerando os fatores técnicos de cada contrato e linha de negócio. A política de subscrição é suportada pelas diretrizes de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos. Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis e que respeitem as rentabilidades mínimas estabelecidas pela Companhia, são adotadas ferramentas de precificação atualizadas periodicamente e que fazem uso das melhores práticas de modelagens, consolidadas na comunidade atuarial. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: avaliação histórica de resultado, análise de frequência e severidade de sinistro, exposição, perfil, rentabilidade e experiência.

Análise de sensibilidade

Para a realização da análise de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 5 p.p. em relação à sinistralidade incorrida por ramo no ano corrente. As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades:

	30/06/2026		
	Base	Cenário 5 p.p.	Impacto
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido (R\$)	521.840	480.003	(41.837)
Lucro líquido do semestre (R\$)	35.857	(5.980)	(41.837)
Impacto (%) no resultado do semestre			(116,7)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(8,0)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido (R\$)	521.840	500.616	(21.224)
Lucro líquido do semestre (R\$)	35.857	14.633	(21.224)
Impacto (%) no resultado do semestre			(59,2)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(4,1)

	30/06/2025		
	Base	Cenário 5 p.p.	Impacto
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido (R\$)	457.996	414.413	(43.583)
Lucro líquido do semestre (R\$)	35.442	(8.141)	(43.583)
Impacto (%) no resultado do semestre			(123,0)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(9,5)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido (R\$)	457.996	439.302	(18.694)
Lucro líquido do semestre (R\$)	35.442	16.748	(18.694)
Impacto (%) no resultado do semestre			(52,7)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(4,1)

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos da Companhia define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada diariamente através de análise e monitoramento da carteira.

O comitê de investimentos da Companhia, se reúne com frequência para analisar a performance da carteira, discutir cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para alocação dos investimentos.

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes das variações nos preços e taxas de mercado, tais como taxas de juros ou câmbio, que impactam os valores dos ativos e passivos da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado na análise do *Value-at-Risk* (VaR). O VaR é um dos métodos mais tradicionais na gestão desse tipo de risco, que consiste numa métrica estatística que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer em um determinado horizonte de tempo, para um dado intervalo de confiança, assumindo condições normais de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia monitora, diariamente, o risco de mercado e o risco sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% e 99%, com base em modelos de simulação histórica e paramétrica, considerando um horizonte de tempo de 1 dia e uma janela de observação de 252 dias úteis.

Complementarmente, são realizados testes de estresse com foco nas principais variáveis de risco que compõem a carteira de investimentos, com destaque para a taxa de juros, que representa o maior componente da exposição e para o risco cambial, conforme detalhado no item 4 desta nota explicativa.

(i) Carteira de investimentos

Segundo a análise do VaR, os investimentos poderiam apresentar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e com nível de confiança de 95%, uma perda estimada de 0,32% do total da carteira de ativos em 30 de junho de 2026 (0,28% em 31 de dezembro de 2025), que equivale a R\$ 5.755. Para o nível de confiança de 99%, a perda estimada é de 0,39% do total da carteira de ativos em 30 de junho de 2026 (0,45% em 31 de dezembro de 2025), que equivale a R\$ 7.013.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Histórico (%)	Impacto (R\$)	Histórico (%)	Impacto (R\$)
VaR 95%	(0,32)	(5.755)	(0,28)	(4.589)
VaR 99%	(0,39)	(7.013)	(0,45)	(7.374)

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda 0,32% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2026 (0,30% em 31 de dezembro de 2025), que equivale a R\$5.755. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,44% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2026 (0,43% em 31 de dezembro de 2025), que equivale a R\$7.913.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Paramétrico (%)	Impacto (R\$)	Paramétrico (%)	Impacto (R\$)
VaR 95%	(0,32)	(5.755)	(0,30)	(3.607)
VaR 99%	(0,44)	(7.913)	(0,43)	(5.273)

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenário estressado da taxa de juros básica da economia, a SELIC e a taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 25% e 50% da taxa SELIC, além de variação positiva e negativa de 100bps e 200bps da curva implícita dos títulos indexados à inflação):

- i. Cenário base: taxa de juros SELIC de 14,25% em 30 de junho de 2026;
- ii. Cenário provável: taxa de juros SELIC de 13,00% estimada para 30 de junho de 2027* pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2026;
- iii. Cenário I: redução de 50%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 7,13%);
- iv. Cenário II: redução de 25%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 10,69%);
- v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 17,81%); e
- vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 21,38 %).

30/06/2026		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos (*)
Provável	(8,8%)	2.953
I	(50,0%)	16.830
II	(25,0%)	8.415
III	25,0%	(8.415)
IV	50,0%	(16.830)

(*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 30/06/2026.

- i. Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- ii. Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- iii. Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;
- iv. Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- v. Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

30/06/2026		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos (*)
I	(200 bps)	4.118
II	(100 bps)	2.059
III	100 bps	(2.059)
IV	200 bps	(4.118)

30/06/2025		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos (*)
I	(200 bps)	8.296
II	(100 bps)	4.148
III	100 bps	(4.148)
IV	200 bps	(8.296)

(*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 30/06/2026 e 30/06/2025.

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Companhia entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da seguradora e a retrocessão para as operações da resseguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise de Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador e retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

								30/06/2026
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Superior a 365 dias	Valor contábil
Disponível	34.160	-	-	-	-	-	-	34.160
Mensurados ao VJR								
Privados	37.218	-	-	-	-	-	-	37.218
Públicos	679.422	-	-	-	-	-	-	679.422
Exterior	260.455	-	-	-	-	-	-	260.455
Mensurados ao VJORA								
Privados	31.294	-	-	-	-	-	-	31.294
Públicos	428.396	-	-	-	-	-	-	428.396
Exterior	361.549	-	-	-	-	-	-	361.549
Créditos das operações com resseguros (*)	1.647.405	32.693	18.195	38.380	15.623	17.113	42.955	1.812.364
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	3.479.899	32.693	18.195	38.380	15.623	17.113	42.955	3.644.858

								31/12/2025
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Superior a 365 dias	Valor contábil
Disponível	22.678	-	-	-	-	-	-	22.678
Mensurados ao VJR								
Privados	33.034	-	-	-	-	-	-	33.034
Públicos	568.504	-	-	-	-	-	-	568.504
Exterior	226.941	-	-	-	-	-	-	226.941
Mensurados ao VJORA								
Privados	42.424	-	-	-	-	-	-	42.424
Públicos	407.906	-	-	-	-	-	-	407.906
Exterior	359.960	-	-	-	-	-	-	359.960
Créditos das operações com resseguros (*)	1.592.149	31.294	21.552	34.365	7.848	21.194	40.124	1.748.526
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	3.253.596	31.294	21.552	34.365	7.848	21.194	40.124	3.409.973

(*) Os valores de créditos com operações com seguradoras e resseguradoras estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável no total de R\$ 29.397 em 30 de junho de 2026 (R\$ 22.330 em 31 de dezembro de 2025).

A tabela a seguir apresenta o risco de crédito nas operações de retrocessão cedida a que a Companhia está exposta segregada pela classificação de rating da Standard & Poor's, AM Best, Moody's e Fitch. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A classificação dessa exposição é dada de acordo com o melhor nivelamento por rating, seguindo a tabela apresentada a seguir.

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB e B+, nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

Standard & Poor's Co	Moody's Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	30/06/2026		31/12/2025	
				Exposição (em R\$)	Exposição (em %)	Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
AAA	Aaa	AAA	A++	12.021	0,4	13.365	0,4
AA+	Aa1	AA+	A+	1.634.081	52,0	1.398.952	45,7
AA	Aa2	AA	A+	18.455	0,6	20.975	0,7
AA-	Aa3	AA-	A+	521.204	16,6	652.181	21,3
A+	A1	A+	A	816.763	26,0	733.035	23,9
A	A2	A	A-	137.097	4,4	246.229	8,0
BBB	Baa2	BBB	B+	108	-	-	-
Total				3.139.729	100,0	3.064.737	100,0

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de a Companhia não ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras, esperadas ou não, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A Administração possui monitoramento diário da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora na alocação de seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente, a Companhia possui 97,9% (98,0% em 31 de dezembro de 2025) da sua carteira composta por ativos e instrumentos com liquidez diária, representados por depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 0,6% (0,1% em 31 de dezembro de 2025) dos ativos 1,5% (1,9% em 31 de dezembro de 2025) da carteira é composta por fundos de investimentos com prazo de resgate acima de 120 dias.

30/06/2026						
Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva / Custo	Ganho / Perda	Valor contábil
Disponível	34.160	-	-	-	-	34.160
Ativos financeiros mensurados a VJR	950.654	26.441	977.095	977.095	-	977.095
Ativos financeiros mensurados ao VJORA	821.239	-	821.239	833.901	(12.662)	821.239
Crédito das operações de seguros e resseguros	1.755.383	27.584	-	-	-	1.782.967
Títulos e créditos a receber	56.352	25.286	-	-	-	81.638
Outros valores e bens	8.623	11.064	-	-	-	19.687
Total de ativos	3.626.411	90.375	1.798.334	1.810.996	(12.662)	3.716.786
Contas a pagar	10.387	-	-	-	-	10.387
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	1.837.206	79.518	-	-	-	1.916.724
Depósito de terceiros	81.157	-	-	-	-	81.157
Débito das operações de seguros e resseguros	1.237.011	15.819	-	-	-	1.252.830
Outros débitos	834	12.394	-	-	-	13.228
Total de passivos	3.166.595	107.731	-	-	-	3.274.326
31/12/2025						
Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva / Custo	Ganho / Perda	Valor contábil
Disponível	22.678	-	-	-	-	22.678
Ativos financeiros mensurados a VJR	806.014	22.465	828.479	828.455	24	828.479
Ativos financeiros mensurados ao VJORA	810.290	-	810.290	825.831	(15.541)	810.290
Crédito das operações de seguros e resseguros	1.694.561	31.635	-	-	-	1.726.196
Títulos e créditos a receber	27.889	37.173	-	-	-	65.062
Outros valores e bens	7.800	10.881	-	-	-	18.681
Total de ativos	3.369.232	102.154	1.638.769	1.654.286	(15.517)	3.471.386
Contas a pagar	47.019	-	-	-	-	47.019
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	1.735.436	78.077	-	-	-	1.813.513
Depósito de terceiros	61.562	-	-	-	-	61.562
Débito das operações de seguros e resseguros	1.104.177	24.203	-	-	-	1.128.380
Outros débitos	874	11.946	-	-	-	12.820
Total de passivos	2.949.068	114.226	-	-	-	3.063.294

4) Risco cambial

A Companhia opera em moedas estrangeiras, sendo sua maior exposição na carteira de investimentos em dólares norte-americanos. Consequentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará tanto sua demonstração de resultado quanto seu balanço patrimonial.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,1766 em 30 de junho de 2026;
- Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,24 estimada para 30 de junho de 2027* pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2026;
- Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,59);
- Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 3,88);
- Cenário III: aumento de 25,0% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,47); e
- Cenário IV: aumento de 50,0% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 7,76).

30/06/2026		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos (*)
Provável	1,2%	6.290
I	(50,0%)	(256.775)
II	(25,0%)	(128.388)
III	25,0%	128.388
IV	50,0%	256.775

30/06/2025		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos (*)
Provável	5,3%	26.341
I	(50%)	(249.645)
II	(25%)	(124.883)
III	25%	124.883
IV	50%	249.645

(*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 30/06/2026 e 30/06/2025.

5. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

30/06/2026							
Taxas médias	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor de mercado /contábil	Valor de curva	Percentual contábil (%)
I. Títulos mensurados ao VJR							
Letras financeiras do tesouro – LFT	Selic	37.218	391.867	548.010	-	977.095	54,2
Certificado de depósito no exterior	7,22%	-	131.412	548.010	-	679.422	37,8
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	-	260.455	-	-	260.455	14,5
		37.218	-	-	-	37.218	2,1
II. Títulos mensurados ao VJORA							
Notas do tesouro nacional – NTN-B	IPCA + 3,73%	-	241.974	556.250	23.015	821.239	45,8
Letras do tesouro nacional – LTN	12,35%	-	239.389	3.710	15.716	258.815	14,4
Debêntures – DEB	CDI + 1,12%	-	-	169.581	-	169.581	9,4
Títulos públicos no exterior	4,88%	-	2.585	21.410	7.299	31.294	1,7
		-	-	361.549	-	361.549	20,1
Total		37.218	633.841	1.104.260	23.015	1.798.334	100,0

31/12/2025									
	Taxas médias	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor de mercado / contábil	Valor de curva	Percentual contábil (%)	Percentual de curva (%)
I. Títulos mensurados ao VJR									
Letras financeiras do tesouro – LFT	Selic	33.034	462.261	333.184	-	828.479	828.455	50,5	50,1
Certificado de depósito no exterior	7,22%	-	235.320	333.184	-	568.504	568.480	34,7	34,4
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	-	226.941	-	-	226.941	226.941	13,8	13,7
		33.034	-	-	-	33.034	33.034	2,0	2,0
II. Títulos mensurados ao VJORA									
Notas do tesouro nacional – NTN-B	IPCA + 3,73%	-	294.573	491.138	24.579	810.290	825.831	49,5	49,9
Letras do tesouro nacional – LTN	12,35%	-	227.412	3.610	16.007	247.029	262.552	15,1	15,8
Debêntures – DEB	CDI + 1,18%	-	-	160.877	-	160.877	163.139	9,8	9,8
Debêntures – DEB	107,25% do CDI	-	3.492	25.967	8.572	38.031	37.991	2,3	2,3
Letra financeira – LF	CDI + 0,99%	-	1.473	-	-	1.473	1.473	0,1	0,1
Títulos públicos no exterior	4,92%	-	2.920	-	-	2.920	2.917	0,2	0,2
Títulos privados no exterior	5,42%	-	38.204	300.684	-	338.888	336.653	20,7	20,4
		-	21.072	-	-	21.072	21.106	1,3	1,3
Total		33.034	756.834	824.322	24.579	1.638.769	1.654.286	100,0	100,0

(i) Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos seguintes tipos de fundos: Fundo de Crédito Privado de R\$2.288 (R\$2.183 em 31 de dezembro de 2025), Fundo de Investimento em Participações de R\$21.303 (R\$17.289 em 31 de dezembro de 2025), Fundos Multimercados de R\$ 8.489 (R\$ 8.386 em 31 de dezembro de 2025) e Fundo Imobiliário de R\$5.138 (R\$5.176 em 31 de dezembro de 2025).

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos respectivos administradores.

O valor de mercado dos fundos listados em carteira foi obtido a partir do preço negociado na B3 S.A.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos de acordo com o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, como segue:

- **Nível 01:** Preços cotados e não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, por exemplo: Ações listadas, Fundos de Investimentos listados, Títulos Públicos do Governo Federal Brasileiro emitidos no Brasil e no Exterior e Títulos corporativos de Companhias brasileiras emitidos no Exterior; e
- **Nível 02:** Os Preços finais são obtidos observando-se outras informações, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), por exemplo: Fundos de Investimentos não listados, Debêntures, Letras Financeiras e Certificados de Depósito Bancário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

	30/06/2026			31/12/2025		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao VJR:						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	-	32.080	32.080	-	27.858	27.858
Quotas de fundos imobiliários	5.138	-	5.138	5.176	-	5.176
Títulos de renda fixa - privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	260.455	260.455	-	226.941	226.941
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	679.422	-	679.422	568.504	-	568.504
II. Títulos mensurados ao VJORA:						
Títulos de renda fixa – privados:						
Debêntures	-	31.294	31.294	-	39.504	39.504
Letra Financeira - LF	-	-	-	-	2.920	2.920
Títulos privados no exterior	-	-	-	21.072	-	21.072
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	258.815	-	258.815	247.029	-	247.029
Letras do tesouro nacional - LTN	169.581	-	169.581	160.877	-	160.877
Títulos públicos no exterior	361.549	-	361.549	338.888	-	338.888
Total	1.474.505	323.829	1.798.334	1.341.546	297.223	1.638.769

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	VJR	VJORA	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	592.405	819.173	1.411.578
(+) Aplicações	3.127.482	432.597	3.560.079
(-) Resgates	(2.977.804)	(481.295)	(3.459.099)
(+) Rendimentos	92.073	59.133	151.206
(+/-) Oscilação cambial	(5.677)	(31.567)	(37.244)
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	12.249	12.249
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	828.479	810.290	1.638.769
(+) Aplicações	1.443.659	85.782	1.529.441
(-) Resgates	(1.337.717)	(92.844)	(1.430.561)
(+) Rendimentos	49.071	34.832	83.903
(+/-) Oscilação cambial	(6.397)	(19.700)	(26.097)
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	2.879	2.879
Saldo final em 30 de junho de 2026	977.095	821.239	1.798.334

d) Derivativos**d.1) Exposição**

	Vencimento	Exposição	Valor a receber/ (pagar)
Descrição		30/06/2026	30/06/2026
Contratos futuros			
Compromisso de Compra			
Taxa de câmbio - dólar futuro WDOL	03/08/2026	208	-
Taxa de câmbio - peso mexicano futuro MEX	14/07/2026	39.375	(44)
Compromisso de Venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro DOL	03/08/2026	(29.951)	(8)
	Vencimento	Exposição	Valor a receber/ (pagar)
Descrição		31/12/2025	31/12/2025
Contratos futuros			
Compromisso de Compra			
Taxa de câmbio - dólar futuro WDOL	02/02/2026	221	(4)
Taxa de câmbio - peso mexicano futuro MEX	20/01/2026	41.255	(28)
Compromisso de Venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro DOL	02/02/2026	(31.812)	514

d.2) Margens dadas em garantia

30/06/2026			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2027	100	1.932
LFT	01/03/2028	335	6.471
Total		435	8.403
31/12/2025			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/09/2026	365	6.602
LFT	01/09/2027	90	1.627
Total		455	8.229

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.993, de 24 de março de 2022, e o CNSP, através da Resolução CNSP nº 453, de 19 de dezembro de 2022, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades resseguradoras.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão de prêmios não ganhos	1.254.649	1.167.158
Provisão de sinistros a liquidar	2.256.730	2.075.900
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	1.732.076	1.646.871
Provisão de despesas relacionadas	8	223
Provisão de excedentes técnicos	39.337	32.372
Total das provisões técnicas	5.282.800	4.922.524
Direitos creditórios	(739.919)	(741.817)
Custo de aquisição diferido redutores	(13.358)	(9.395)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PPNG	(199.539)	(157.446)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PSL	(1.543.865)	(1.448.012)
Ativos de retrocessão cedida redutores de IBNR	(1.090.976)	(1.035.480)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(3)	(3)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PET	(16.139)	(11.712)
Total das exclusões	(3.603.799)	(3.403.865)
Total das provisões técnicas para cobertura	1.679.001	1.518.659
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	656.769	552.842
Certificado de depósito no exterior	163.088	147.040
Notas do tesouro nacional - NTN-B	258.815	247.029
Letras Tesouro Nacional - LTN	169.581	160.877
Letras Financeiras - LF	-	2.920
Quotas de fundos de investimentos	23.733	23.849
Títulos privados	31.008	39.134
Título público no exterior	361.548	338.889
Título privado no exterior	97.367	100.973
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	1.761.909	1.613.553
Ativos vinculados em excesso	82.908	94.894

7. Crédito das operações com resseguros

	30/06/2026	31/12/2025
Prêmios a receber	1.460.825	1.421.307
Recuperação de corretagem	1.362	357
Recuperação de prêmio de retrocessão	53.809	49.740
Recuperação de sinistro	251.818	241.103
Participações nos lucros a receber	4.971	5.984
Outros créditos a receber	10.182	7.705
Total	1.782.967	1.726.196
Circulante	1.755.383	1.694.561
Não circulante	27.584	31.635

7.1) Aging de prêmios a receber:

	30/06/2026	31/12/2025
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	143.450	111.998
De 31 a 60 dias	76.750	160.493
De 61 a 120 dias	115.361	104.386
De 121 a 180 dias	707.197	642.775
De 181 a 365 dias	254.921	235.973
Superior a 365 dias	27.584	31.635
Total de prêmios a vencer	1.325.263	1.287.260
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	32.693	31.294
De 31 a 60 dias	18.195	21.552
De 61 a 120 dias	38.380	34.365
De 121 a 180 dias	15.623	7.848
De 181 a 365 dias	17.113	21.194
Superior a 365 dias	42.955	40.124
Total de prêmios vencidos	164.959	156.377
Provisão para perda de valor recuperável	(29.397)	(22.330)
Total de prêmios a receber	1.460.825	1.421.307

7.2) Movimentação dos prêmios a receber:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	1.421.307	1.313.947
(+) Prêmios emitidos (*)	1.326.070	2.466.455
(+) Riscos vigentes não emitidos (*)	34.360	34.360
(-) Recebimentos	(1.313.845)	(2.383.932)
(-) Redução ao valor recuperável	(7.067)	(9.523)
Saldo final	1.460.825	1.421.307

(*) Valor inclui variação cambial e cancelamentos.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, foi observado que a Companhia tem operado com uma média de parcelamento de 4 vezes, alinhado com o mercado ressegurador.

8. Títulos e créditos a receber

	30/06/2026	31/12/2025
Títulos e créditos a receber	42.892	9.201
Ressarcimento a receber (a)	42.892	9.201
Créditos tributários e previdenciários (b)	37.691	54.809
Outros créditos	1.055	1.052
Total	81.638	65.062
Circulante	56.352	27.889
Não circulante	25.286	37.173

a) Aging de ressarcimentos a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo:

<u>Aging de permanência</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Riscos especiais		
De 1 a 30 dias	-	4.259
Transportes		
De 1 a 30 dias	1.121	-
Riscos financeiros		
De 181 a 365 dias	1.900	2.837
Superior a 365 dias	34.341	34.348
Exterior		
De 1 a 30 dias	36.836	-
Redução ao valor recuperável	(31.306)	(32.243)
Total do aging	42.892	9.201

<u>Expectativa de realização</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Riscos especiais		
De 331 a 365 dias	-	4.259
Transportes		
De 331 a 365 dias	1.121	-
Patrimonial		
De 331 a 365 dias	-	3.742
Superior a 365 dias	-	33.443
Riscos financeiros		
De 331 a 365 dias	4.935	-
Superior a 365 dias	31.306	-
Exterior		
De 331 a 365 dias	36.836	-
Redução ao valor recuperável	(31.306)	(32.243)
Total do aging	42.892	9.201

b) Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários de PIS e COFINS estão representados principalmente sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos e não avisados – IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Apresentamos abaixo os quadros com os débitos e créditos tributários e ativos fiscais diferidos pelos respectivos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	30/06/2026	31/12/2025
Tributos e contribuições a compensar / recuperar (i)	9.829	9.611
Créditos tributários de PIS e COFINS (ii)	2.600	9.839
IR e CS diferidos (iii) (b.1)	23.630	35.359
Antecipação Estimativa IRPJ e CSLL (iv)	1.632	-
Total	37.691	54.809

- (i) Créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL; PIS, COFINS, IR, CSLL e CIDE pagos a maior e Imposto de Renda Retido em Negócios Aceitos no Exterior;
- (ii) Créditos tributários de PIS e COFINS calculados sobre o saldo de Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) que possuem expectativa de realização até 31 de dezembro de 2026; e
- (iii) Créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL.
- (iv) Créditos de IRPJ e CSLL oriundos das antecipações realizadas no exercício corrente.

b.1) Movimentação dos impostos diferidos:

	31/12/2025	Movimentação		30/06/2026
		Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	27.615	-	-	27.615
Ajuste a valor de mercado – VJR	(2.409)	3.658	-	1.249
Ajuste a valor de mercado – VJORA	6.254	(20)	(1.151)	5.083
Redução ao valor recuperável (RVR)	5.361	46	-	5.407
Variação cambial	14.019	(7.133)	-	6.886
Participação nos lucros	3.529	(1.309)	-	2.220
Outras provisões	214	(30)	-	184
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	647	89	-	736
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa (b.1.1):	7.744	(5.879)	-	1.865
Prejuízo fiscal – IRPJ	4.752	(3.674)	-	1.078
Base negativa – CSLL	2.992	(2.205)	-	787
Total	35.359	(10.578)	(1.151)	23.630

	31/12/2024	Movimentação		31/12/2025
		Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	10.152	22.362	(4.899)	27.615
Ajuste a valor de mercado – VJR	(32.122)	29.713	-	(2.409)
Ajuste a valor de mercado – VJORA	12.344	(1.191)	(4.899)	6.254
Redução ao valor recuperável (RVR)	5.258	103	-	5.361
Incentivo baseado em ações	2.262	(2.262)	-	-
Variação cambial	17.871	(3.852)	-	14.019
Participação nos lucros	4.069	(540)	-	3.529
Outras provisões	37	177	-	214
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	433	214	-	647
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa (b.1.1):	26.406	(18.662)	-	7.744
Prejuízo fiscal – IRPJ	16.416	(11.664)	-	4.752
Base negativa – CSLL	9.990	(6.998)	-	2.992
Total	36.558	3.700	(4.899)	35.359

b.1.1) Estimativas de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização e o valor presente dos créditos tributários de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL existentes em 30 de junho de 2026, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Companhia, com base em estudos e projeções da Administração são os seguintes:

Ano	IR	%	CSLL	%
2026	1.078	100,0%	787	100,0%
Totais	1.078	100,0%	787	100,0%

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custos de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

Grupos / Ramos	30/06/2026	31/12/2025
Patrimonial	17.980	18.479
Riscos especiais	1	1
Responsabilidades	1.071	1.247
Transportes	3.542	3.890
Riscos financeiros	2.094	1.690
Pessoas coletivo	4.709	3.661
Rural	360	287
Marítimos	1.250	799
Aeronáuticos	5.603	5.713
Aceitações do exterior	17.880	17.805
Outros	2.892	1.998
Total	57.382	55.570
Circulante	51.486	48.816
Não circulante	5.896	6.754

A Companhia apresentava movimentação consolidada de custos de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

	31/12/2025	Constituição	Diferimento / Cancelamento	30/06/2026
Patrimonial	18.479	1.463	(1.962)	17.980
Riscos especiais	1	-	-	1
Responsabilidades	1.247	197	(373)	1.071
Transportes	3.890	455	(803)	3.542
Riscos financeiros	1.690	455	(51)	2.094
Pessoas coletivo	3.661	2.250	(1.202)	4.709
Rural	287	169	(96)	360
Marítimos	799	594	(143)	1.250
Aeronáuticos	5.713	1.537	(1.647)	5.603
Aceitações do exterior	17.805	2.202	(2.127)	17.880
Outros	1.998	1.835	(941)	2.892
Total	55.570	11.157	(9.345)	57.382

	31/12/2024	Constituição	Diferimento / Cancelamento	31/12/2025
Patrimonial	11.648	9.523	(2.692)	18.479
Riscos especiais	1	-	-	1
Responsabilidades	2.151	950	(1.854)	1.247
Transportes	2.775	2.803	(1.688)	3.890
Riscos financeiros	1.310	427	(47)	1.690
Pessoas coletivo	2.680	5.059	(4.078)	3.661
Rural	225	292	(230)	287
Marítimos	835	547	(583)	799
Aeronáuticos	5.863	3.326	(3.476)	5.713
Aceitações do exterior	16.530	7.858	(6.583)	17.805
Outros	1.996	1.672	(1.670)	1.998
Total	46.014	32.457	(22.901)	55.570

10. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2025	Adições	Baixas	Amortização	30/06/2026
Licenças de software	20%	4.897	3.288	-	(1.392)	6.793
Ágio (i)		13.913	-	-	-	13.913
Total		18.810	3.288	-	(1.392)	20.706

	Taxa anual de amortização	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2025
Licenças de software	20%	2.480	4.782	(50)	(2.315)	4.897
Ágio (i)		13.913	-	-	-	13.913
Total		16.393	4.782	(50)	(2.315)	18.810

- (i) Refere-se ao ágio (*goodwill*) gerado na aquisição da Terra Brasis Resseguros ocorrida em 29 de novembro de 2019. Realizamos o teste de *impairment* na data-base de 31 de dezembro de 2025, concluindo pela não necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável. O cálculo é feito com base nos fluxos de caixa futuros estimados que derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros, capital de giro e dividendos.

11. Débitos das operações com resseguros

• Operações com resseguradoras

	30/06/2026	31/12/2025
Prêmios de retrocessão cedida	1.445.801	1.336.409
Comissão	(336.676)	(331.247)
Sinistros	43.124	41.558
Outros	6.951	4.937
Redução ao valor recuperável	(42.839)	(37.584)
Total	1.116.361	1.014.073
Circulante	1.100.542	991.188
Não circulante	15.819	22.884

12. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de resseguros e prêmios de retrocessão aceita, cujos contratos ainda não foram identificados, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	30/06/2026	31/12/2025
De 1 a 30 dias	64.174	45.966
De 31 a 60 dias	2.229	2.555
De 61 a 120 dias	3.910	3.272
De 121 a 180 dias	1.366	1.439
De 181 a 365 dias	3.479	1.982
Superior a 365 dias	5.999	6.348
Total	81.157	61.562

13. Provisões técnicas

a) Composição das provisões técnicas

	30/06/2026			31/12/2025		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Provisões de Sinistros						
Provisão de sinistros a liquidar	2.256.730	(1.543.865)	712.865	2.075.900	(1.448.012)	627.888
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	1.732.076	(1.091.542)	640.534	1.646.870	(1.036.391)	610.479
Provisão de despesas relacionadas	8	(3)	5	223	(3)	220
Total	3.988.814	(2.635.410)	1.353.404	3.722.993	(2.484.406)	1.238.587
Provisões de Prêmios						
Provisão de prêmios não ganhos	1.254.649	(714.527)	540.122	1.167.158	(612.892)	554.266
Provisão de excedente técnico	39.337	(16.139)	23.198	32.372	(11.712)	20.660
Total	1.293.986	(730.666)	563.320	1.199.530	(624.604)	574.926
Total das provisões	5.282.800	(3.366.076)	1.916.724	4.922.523	(3.109.010)	1.813.513
Circulante	5.074.435	(3.237.229)	1.837.206	4.732.935	(2.997.499)	1.735.436
Não circulante	208.365	(128.847)	79.518	189.588	(111.511)	78.077

b) Movimentação

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

	30/06/2026			31/12/2025		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Movimentação da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	2.075.900	(1.448.012)	627.888	2.425.645	(1.900.749)	524.896
Sinistros ocorridos	1.431.099	(827.544)	603.555	1.662.839	(796.039)	866.800
Sinistros pagos	(1.199.988)	701.192	(498.796)	(1.922.178)	1.131.810	(790.368)
Variação cambial	(51.182)	30.401	(20.781)	(92.254)	116.852	24.598
Atualização monetária	901	-	901	1.848	-	1.848
Redução valor recuperável	-	98	98	-	114	114
No final do semestre	2.256.730	(1.543.865)	712.865	2.075.900	(1.448.012)	627.888
Movimentação da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	1.646.870	(1.036.391)	610.479	1.291.493	(846.059)	445.434
Variação do IBNR	85.206	(55.151)	30.055	355.377	(190.332)	165.045
No final do semestre	1.732.076	(1.091.542)	640.534	1.646.870	(1.036.391)	610.479
Movimentação da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	223	(3)	220	30	(3)	27
PDR avisado no período	33	(1)	32	421	(55)	366
PDR pago no período	(248)	1	(247)	(228)	55	(173)
No final do semestre	8	(3)	5	223	(3)	220
Movimentação das provisões de prêmios – PPNG						
Em 1º de janeiro	1.167.158	(612.893)	554.265	1.280.380	(744.378)	536.002
Prêmios emitidos	1.351.934	(679.898)	672.036	2.513.946	(1.217.826)	1.296.120
Prêmio ganho	(1.261.029)	576.040	(684.989)	(2.591.116)	1.328.508	(1.262.608)
Variação cambial	(3.414)	2.224	(1.190)	(36.052)	20.804	(15.248)
No final do semestre	1.254.649	(714.527)	540.122	1.167.158	(612.892)	554.266
Movimentação das provisões de prêmios – PET						
Em 1º de janeiro	32.372	(11.712)	20.660	25.888	(9.273)	16.615
Variação do Excedente Técnico	6.965	(4.427)	2.538	6.484	(2.439)	4.045
No final do semestre	39.337	(16.139)	23.198	32.372	(11.712)	20.660
Total de provisões técnicas	5.282.800	(3.366.076)	1.916.724	4.922.523	(3.109.010)	1.813.513

14. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro oriundo de contratos automáticos com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir, apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Companhia, os pagamentos de sinistros, a atualização de sinistros judiciais e o IBNR por ano de subscrição. Nessa análise, os contratos subscritos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro:

Montante Avisado sinistros	Ano de Subscrição					Total
	2022	2023	2024	2025	2026	
No ano de subscrição	800.213	743.527	548.133	591.957	245.711	2.929.541
Um ano após o ano de subscrição	1.400.150	1.690.330	1.174.201	963.785	-	5.228.466
Dois anos após o ano de subscrição	2.403.000	1.856.458	1.405.579	-	-	5.665.037
Três anos após o ano de subscrição	2.576.939	1.714.575	-	-	-	4.291.514
Quatro anos após o ano de subscrição	3.210.965	-	-	-	-	3.210.965
Total	3.210.965	1.714.575	1.405.579	963.785	245.711	7.540.615

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Juros (Judicial)	-	-	-	-	-	-

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Pagamentos	2.356.388	1.469.049	1.068.983	598.351	212.545	5.705.316

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
IBNR	400.867	303.101	343.464	445.348	67.777	1.560.557

Passivo em relação a anos anteriores a 2022 (PSL + IBNR)	596.665
Expectativa salvo/ressarcimento	3.714
Estimativa de sinistros a pagar (PSL + IBNR) – 30 de junho de 2026	3.988.807

Montante Avisado sinistros	Ano de Subscrição					Total
	2021	2022	2023	2024	2025	
No ano de subscrição	218.600	802.287	750.584	554.052	600.993	2.926.516
Um ano após o ano de subscrição	446.706	1.409.744	1.731.392	1.191.342	-	4.779.184
Dois anos após o ano de subscrição	570.454	2.415.069	1.895.365	-	-	4.880.888
Três anos após o ano de subscrição	584.931	2.597.831	-	-	-	3.182.762
Quatro anos após o ano de subscrição	617.024	-	-	-	-	617.024
Total	617.024	2.597.831	1.895.365	1.191.342	600.993	6.902.555

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Juros (Judicial)	-	-	-	-	-	-

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Pagamentos	529.920	1.975.248	1.380.166	829.472	432.209	5.147.015

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
IBNR	112.425	451.192	392.987	225.089	253.088	1.434.781

Passivo em relação a anos anteriores a 2021 (PSL + IBNR)	576.889
Expectativa salvo/ressarcimento	44.439
Estimativa de sinistros a pagar (PSL + IBNR) – 31 de dezembro de 2025	3.722.771

15. Provisões judiciais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as ações judiciais de natureza cível que tiveram origem em sinistros, nas quais a Companhia figura no polo passivo, estão provisionadas na rubrica de “sinistro a liquidar judicial”. A movimentação dos valores provisionados está demonstrada na tabela abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	3.956	50
Reabertura	-	3.868
Reavaliação	220	49
Indenização	-	(11)
Total	4.176	3.956

A Companhia possui 2 ações na qualidade de ré com probabilidade de perda possível, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Natureza	30/06/2026		31/12/2025	
	Quantidade de ações	Valor em risco (R\$)	Quantidade de ações	Valor em risco (R\$)
Cível	2	11.561	2	8.610
Total	2	11.561	2	8.610

16. Patrimônio Líquido**a) Capital social**

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 338.669 representado por 313.597.651 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal e outras reservas de lucros. A reserva legal é constituída ao final do exercício correspondente a 5% do lucro pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para outras reservas de lucros, conforme critérios preestabelecidos pela Lei das S.A.

c) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido	521.840	483.712
Ajustes contábeis	(23.044)	(26.886)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	32.706	25.321
Patrimônio líquido ajustado – PLA	531.502	482.147
Capital base - CB (a)	60.000	60.000
Capital adicional de risco de subscrição	199.060	180.279
Capital adicional de risco operacional	21.659	20.182
Capital adicional de risco de crédito	167.261	165.019
Capital adicional de risco de mercado	15.929	8.069
Benefício da diversificação	(59.655)	(51.805)
Capital de risco - CR (b)	344.254	321.744
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	344.254	321.744
Patrimônio líquido ajustado	531.502	482.147
(-) Exigência de capital – EC	344.254	321.744
Suficiência de capital – R\$	187.248	160.403
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	154,4%	149,9%

O capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior valor entre capital base e o capital de risco.

17. Incentivo baseado em ações

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo beneficiário.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programa do primeiro plano de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em 19 de dezembro de 2014 foi aprovado, em reunião do comitê de gestão, o terceiro programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em 18 de março de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia. As condições gerais de outorga foram as mesmas em relação ao primeiro plano de opção de compra de ações que se encontram divulgadas acima.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções. Além disso, na mesma reunião, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em 5 de setembro de 2016, em reunião do comitê de gestão, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022, foi aprovado o terceiro plano com a outorga de 21.538.172 opções de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os beneficiários em 01 de abril de 2022.

O terceiro plano estabeleceu os termos e condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou preferenciais (caso existam no momento da entrega de cada ação) de emissão da Austral Participações aos administradores, colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Austral Participações, e outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, da Austral Participações e/ou às demais sociedades do grupo econômico, sendo certo que, segundo as diretrizes e condições estabelecidas no referido plano, este será liquidado em ações da Austral Participações, caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento do preço de exercício a ser efetuado pelo beneficiário.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções foram estabelecidos em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não tenham sido passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese de o contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, e aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 26.059.558 opções representam uma diluição de até 8,2% sobre um total de 291.233.306 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores da Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2026, no montante de R\$ 5.556 (R\$ 5.239 em 30 de junho de 2025).

18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas referem-se a:

	Ativo	
	30/06/2026	31/12/2025
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a)	81.891	94.627
Total	81.891	94.627

	Passivo	
	30/06/2026	31/12/2025
Austral Participações S.A. - Controladora (b)	-	31.450
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a)	37.703	40.748
Vinci Gestora de Recursos - Coligada (c)	139	131
Total	37.842	72.329

	Receitas	
	30/06/2026	30/06/2025
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a)	31.842	37.606
Total	31.842	37.606

	Despesas	
	30/06/2026	30/06/2025
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a)	(4.436)	(4.831)
Vinci Gestora de Recursos - Coligada (c)	(757)	(652)
Administradores - Outros (d)	(3.963)	(3.321)
Total	(9.156)	(8.804)

(a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros.;

(b) Valor referente a JCP a pagar (líquido de impostos);

(c) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a Companhia.; e

(d) Valor referente a remunerações pagas e a pagar aos administradores (diretoria estatutária) e Stock Options.

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 30 de junho de 2026 e 2025, estão reconciliados, como segue:

	30/06/2026		30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e após participações sobre o lucro (*)	60.053	60.053	58.058	58.058
Alíquota nominal	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
Impostos à alíquota nominal	(15.013)	(9.008)	(14.515)	(8.709)
Adições e exclusões definitivas:				
Contribuições não compulsórias	(12)	(7)	(31)	(18)
Receita com atualização de débitos tributários	154	92	144	87
Incentivos fiscais	86	-	42	-
Pagamento baseado em ações (stock options)	(69)	(41)	-	-
Outras	(232)	(146)	(12)	(15)
Total	(73)	(102)	143	54
Constituição de Crédito Tributário	-	-	257	154
IRPJ e CSLL correntes	(8.475)	(5.143)	(19.350)	(11.643)

IRPJ e CSLL diferidos	(6.611)	(3.967)	5.235	3.142
Total das despesas IRPJ e CSLL	(15.086)	(9.110)	(14.115)	(8.501)
Alíquota efetiva	25,1%	15,2%	24,3%	14,6%

(*) No Resultado antes dos impostos está contemplado o montante referente às despesas com participações sobre o lucro que em 30 de junho de 2026 é de R\$ 6.746 (R\$ 2.582 em 30 de junho de 2025).

20. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido dos semestres aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado líquido do semestre	35.857	35.442
Média ponderada das ações	313.598	313.598
Resultado por ação em R\$ - Básico e Diluído	0,1143	0,1130

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Em 30 de junho de 2026 e 2025, a Companhia não possuía fatores diluidores.

21. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 30 de junho de 2026 e 2025 são:

Grupos de atuação	Prêmios Ganhos		Índice de Sinistralidade (%) (a)		Índice de Comercialização (%) (b)	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Patrimonial	332.597	387.932	180,9	35,8	3,4	2,1
Riscos especiais	-	15	(4.390,3)	(3.139,2)	-	9,5
Responsabilidades	54.033	83.439	81,3	42,2	1,6	0,9
Automóvel	235.745	170.699	97,0	97,5	0,1	0,1
Transportes	71.295	129.667	142,4	59,1	2,2	1,6
Riscos financeiros	46.942	32.517	118,0	53,4	1,0	1,2
Pessoas coletivo	144.886	108.594	100,0	77,8	3,4	4,3
Habitacional	12.578	8.444	108,6	68,5	6,6	4,9
Rural	3.306	3.516	(5,2)	93,7	4,1	1,8
Outros	53	34	30.058,0	4.562,0	0,3	12,0
Pessoas individual	(2.095)	9.983	45,3	134,8	-	0,7
Marítimos	10.748	12.495	193,4	304,3	7,3	6,0
Aeronáuticos	53.231	50.382	40,7	24,4	8,8	8,7
Petróleo	25.818	23.179	31,7	13,6	3,7	4,5
Saúde	-	(34)	105.701.054,3	(265,9)	-	3,6
Aceitações do exterior	264.927	248.813	70,1	67,6	5,9	5,8
Total	1.254.064	1.269.675	114,8	60,2	3,4	2,9

Ramos de atuação	Prêmio ganho retido		Índice de sinistralidade retida % (a)	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Patrimonial	114.505	91.552	64,1	72,8
Riscos especiais	-	(91)	24.683,0	842,5
Responsabilidades	18.884	14.733	66,6	43,5
Automóvel	233.000	167.235	98,0	98,3
Transportes	13.423	18.073	107,0	50,2
Riscos financeiros	9.704	5.939	34,3	30,3
Pessoas coletivo	82.803	62.120	95,5	73,3
Habitacional	7.701	5.151	99,1	66,9
Rural	2.157	2.350	72,9	120,7
Outros	53	58	30.413,0	2.483,5
Pessoas individual	(1.224)	5.717	46,8	133,0
Marítimos	5.195	5.463	161,8	360,9
Aeronáuticos	23.724	21.478	65,8	76,5
Petróleo	7.195	8.237	52,3	66,5
Saúde	-	(34)	872.722.680,0	58,3
Aceitações do exterior	165.332	164.894	65,7	66,8
Total de prêmios ganhos	682.452	572.875	83,7	80,3

(a) Índice de Sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / prêmio ganho.

(b) Índice de Comercialização = custo de aquisição / prêmio ganho.

A composição de prêmios de resseguros e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

Ramos	Prêmio emitido líquido		Prêmio cedido retrocessão		Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual retrocedido	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Patrimonial	389.434	364.519	(272.747)	(277.223)	116.687	87.296	30,0	23,9	70,0	76,1
Riscos especiais	-	14	-	(105)	-	(91)	-	(650,0)	-	750,0
Responsabilidades	52.620	72.466	(34.959)	(52.784)	17.661	19.682	33,6	27,2	66,4	72,8
Automóvel	239.991	169.085	(912)	(673)	239.079	168.412	99,6	99,6	0,4	0,4
Transportes	84.949	107.499	(75.684)	(89.359)	9.265	18.140	10,9	16,9	89,1	83,1
Riscos financeiros	77.717	68.088	(62.747)	(59.125)	14.970	8.963	19,3	13,2	80,7	86,8
Pessoas coletivo	119.504	110.039	(48.646)	(47.072)	70.858	62.967	59,3	57,2	40,7	42,8
Habitacional	20.700	11.427	(7.943)	(4.428)	12.757	6.999	61,6	61,2	38,4	38,8
Rural	3.263	3.535	(693)	(1.511)	2.570	2.024	78,8	57,3	21,2	42,7
Outros	21	28	(1)	24	20	52	95,2	185,7	4,8	(85,7)
Pessoas individual	(3.043)	9.425	1.294	(3.938)	(1.749)	5.487	57,5	58,2	42,5	41,8
Marítimo	14.838	15.710	(6.864)	(8.503)	7.974	7.207	53,7	45,9	46,3	54,1
Aeronáuticos	53.701	44.535	(33.670)	(31.747)	20.031	12.788	37,3	28,7	62,7	71,3
Petróleo	20.891	11.519	(16.133)	(3.860)	4.758	7.659	22,8	66,5	77,2	33,5
Saúde	-	(34)	-	-	-	(34)	-	100,0	-	-
Aceitações do exterior	277.348	239.634	(120.194)	(99.957)	157.154	139.677	56,7	58,3	43,3	41,7
Total	1.351.934	1.227.489	(679.899)	(680.261)	672.035	547.228	50,0	44,6	50,0	55,4

Prêmio de retrocessão cedida por classe de Companhia:

	30/06/2026	30/06/2025
Resseguradora local	10.959	7.210
Resseguradora admitida	232.172	280.917
Resseguradora eventual	436.768	392.134
Total	679.899	680.261

Prêmio de resseguro e retrocessão aceita por classe:

	30/06/2026	30/06/2025
Seguradora	1.340.245	1.204.367
Resseguradora local	(12)	1.531
Resseguradora admitida	217	1.130
Resseguradora eventual	11.484	20.461
Total	1.351.934	1.227.489

22. Detalhamento de contas de resultado

a) Prêmios de resseguro	30/06/2026	30/06/2025
Prêmio de resseguros	1.280.794	1.207.902
Prêmio de risco vigente não emitido	59.450	(3.535)
Retrocessões aceitas	11.690	23.122
Variações das provisões técnicas	(97.870)	42.186
Total	1.254.064	1.269.675

b) Sinistros ocorridos	30/06/2026	30/06/2025
Indenizações avisadas	(1.431.099)	(690.959)
Despesa com sinistro	(33)	(271)
Salvados e ressarcimentos	77.454	1.310
Variações de sinistros ocorridos e não avisados	(85.205)	(74.762)
Total	(1.438.883)	(764.682)

c) Custos de aquisição	30/06/2026	30/06/2025
Comissões	(44.298)	(35.893)
Variações de despesas de comercialização diferidas	2.037	(1.400)
Total	(42.261)	(37.293)

d) Outras receitas e despesas operacionais	30/06/2026	30/06/2025
Outras receitas de resseguro	8	17
Tarifa bancária	1	(69)
Despesas de administração de contratos	(12.838)	(13.769)
Participação nos lucros de resseguro/retrocessão aceitos	(6.615)	(3.573)
Redução ao valor recuperável - prêmios	(7.067)	(2.754)
Redução ao valor recuperável - corretagem	751	261
Outras despesas de resseguro	(515)	(496)
Total	(26.275)	(20.383)

e) Resultado com retrocessão	30/06/2026	30/06/2025
Sinistros ocorridos e não avisados	55.163	26.158
Despesa com sinistro	1	81
Recuperação de indenização	827.503	278.293
Salvados e ressarcimentos	(13.261)	(243)
Prêmio de retrocessão cedido	(679.899)	(680.261)
Receita/despesa com participação nos lucros	2.461	(812)
Variações de prêmio retrocessão cedido	108.286	(16.538)
Redução ao valor recuperável - sinistro	12	92
Redução ao valor recuperável - prêmio cedido	4.571	1.149
Outros créditos	9.526	6.678
Total	314.363	(385.403)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

f) Despesas administrativas	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal próprio e encargos sociais	(13.673)	(13.282)
Incentivo baseado em ações	(276)	-
Localização e funcionamento	(2.356)	(2.200)
Serviços de terceiros	(4.446)	(4.908)
Depreciação e amortização	(2.150)	(2.863)
Publicidade e propaganda	(431)	(369)
Donativos e contribuições	(108)	(143)
Outras despesas	(927)	(113)
Total	(24.367)	(23.878)

g) Despesas com tributos	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com COFINS	(21.355)	(12.923)
Despesas com PIS	(3.912)	(2.504)
Taxa de fiscalização	(1.690)	(1.562)
Outras despesas	(4.942)	(4.651)
Total	(31.899)	(21.640)

h) Resultado financeiro	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Títulos mensurados ao VJR	43.924	28.242
Títulos mensurados ao VJORA	86.819	64.308
Operações de resseguros e retrocessão	260.099	225.534
Valorização cambial do disponível	4.717	1.939
Ajuste derivativos - futuro	22.640	25.415
Outras receitas	629	593
Total das receitas	418.828	346.031
Despesas		
Títulos mensurados ao VJR	(1.250)	(2.582)
Títulos mensurados ao VJORA	(71.687)	(68.269)
Redução ao valor recuperável – aplicação financeira	(267)	-
Operações de resseguros e retrocessão	(253.674)	(202.504)
Desvalorização cambial do disponível	(3.113)	(8.560)
Ajuste derivativos - Futuro	(17.704)	(16.107)
Outras despesas	(9.076)	(3.765)
Total Despesas	(356.771)	(301.787)
Total	62.057	44.244

23. Responsáveis

Conselheiros

Bruno Augusto Sacchi Zaremba

Gabriel Felzenszwalb

Michel Cukierman

Diretor-presidente

Bruno de Abreu Freire

Diretoria

André Machado Caldeira

Daniella Lugarinho Fisher Matos

Contadora

Ana Carolina Gonçalves Schaefer

CRC RJ -113.827/O-0

Atuária

Brenda Fucci Cantisano

MIBA nº 2904